

**HABEAS CORPUS Nº 547.586 - PB (2019/0352170-5)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : IGO JULLIERME SOARES RODRIGUES  
**ADVOGADO** : IGO JULLIERME SOARES RODRIGUES - PB020916  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA  
**PACIENTE** : ANYELLE LAYSE DEODATO CASTRO (PRESO)  
**OUTRO NOME** : ANYELLE LAYSE DONATO CASTRO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

**EMENTA**

*HABEAS CORPUS*. PROCESSUAL PENAL. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO INDEFERITÓRIA DE LIMINAR EM OUTRO *HABEAS CORPUS* NA ORIGEM, AINDA NÃO JULGADO. IMPOSSIBILIDADE DE SUPERAÇÃO DA SÚMULA N.º 691 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE TERATOLOGIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. PETIÇÃO INICIAL LIMINARMENTE INDEFERIDA.

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANIELLE LAYSE DONATO CASTRO contra decisão indeferitória de provimento urgente do Desembargador Relator do HC n.º 0812043-78.2019.8.15.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba.

Consta dos autos que a Paciente foi presa em flagrante, em 06/11/2019, pela suposta prática dos crimes de tráfico e associação para o tráfico ilícito de drogas descritos nos arts. 33 e 35 da Lei n.º 11.343/2006, pois, em sua residência, foram encontrados 12.000g (doze mil gramas) de maconha, uma balança de precisão e fita adesiva utilizada para para acondicionar pacotes de droga. A prisão em flagrante foi convertida em preventiva (fls. 42-44).

A Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, cujo pedido liminar foi indeferido pela Desembargador Relator; decisão contra a qual ora se insurge.

No presente *writ*, o Impetrante aduz que a prisão preventiva da Paciente não possui fundamentação concreta, não estando preenchidos os requisitos legais exigidos no art. 312 do CPP, notadamente porque o decreto prisional é genérico e fundamentado na gravidade abstrata dos delitos e porque as condições pessoais da Paciente são favoráveis.

# Superior Tribunal de Justiça

Sustenta tratar-se de hipótese de superação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal.

Por fim, alega que a Paciente é mãe de 2 crianças menores de 12 anos, fazendo jus à substituição da preventiva por prisão domiciliar, nos termos do art. 318 do CPP e da jurisprudência dos tribunais superiores.

Requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva, com a eventual substituição da custódia por medidas cautelares diversas da prisão.

É o relatório.

Passo a decidir.

Consoante o posicionamento firmado pela Suprema Corte e por este Tribunal Superior, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na instância de origem, sob pena de indevida supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, DJe 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, DJe 21/05/2018; e AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, DJe 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado – tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, não constato excepcionalidade que possa ensejar a

superação da vedação sumular acima referida, uma vez que o decreto preventivo consignou o que segue (fls. 43-44; sem grifos no original.):

"[...]

*De início, cumpre-nos dizer que há indícios suficientes de autoria e prova da materialidade do crime, evidenciados através da custódia cautelar realizada em situação de patente flagrância, com prova preliminar técnica sobre a natureza de droga ilícita apreendida (v. fl. 09-v), bem como dos depoimentos prestados na esfera policial. E cediço que a prisão preventiva possui natureza processual e cautelar com todas as características das medidas acautelatórias, e tem caracteres da instrumentalidade, da provisoriedade, da revogabilidade e da facultatividade. Urge frisar, ainda, que a mencionada custódia cautelar poderá ser decretada quando presentes seus pressupostos - prova de existência do crime e indícios suficientes de autoria - e ao menos um dos fundamentos: garantia da ordem pública ou econômica, conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal (arts. 311 e 312 do CPP). No caso em análise, considero ser imperiosa a prisão preventiva, para assegurar a ordem pública, notadamente em razão da periculosidade dos agentes demonstrada pela elevadíssima quantidade de droga (maconha) apreendida em seu poder, mais de 12.000 g. Com os custodiados, ainda, na garagem da casa de ANIELLE e no carro de FAGNER - o qual, inclusive, mesmo tratando-se de carro de aplicativo de transporte de passageiros, estava estacionado na mencionada garagem, o que sabidamente não é comum nesse tipo de contrato -, foram encontrados outros tabletes, balança de precisão e fita adesiva daquelas utilizadas para o acondicionamento em pacotes da droga. Sendo o tráfico de drogas grave mal que aflige a sociedade, não apenas com reflexos na violência cotidiana, mas, sobretudo, a saúde física e mental dos mais jovens, envolvidos cada vez mais cedo em vícios e outros desvios de conduta, a medida extrema entremostra-se, no momento, absolutamente necessária para salvaguardar a credibilidade fática da justiça e a garantia da ordem pública, extremamente abalada com condutas próprias da traficância ilícita de tóxicos não permitidos. Nessa quadra, a conduta dos presos, em aparente situação de empresa ilegal de droga ilícita, recomenda, por ora, a aplicação da restrição cautelar máxima da liberdade, porquanto medidas cautelares outras parecem não ser suficientes para afastar o perigo concreto do tráfico de drogas, notadamente á vista do uso simulado de relação contratual de transporte de passageiros por aplicativo de celular; este agir, ao tempo em que agrava concretamente o agir dos presos, pela simulação, afeta o próprio o mercado e a ordenação econômica atual, com reflexos no sustento e tranquilidade de muitos, na medida em que, a um só tempo, descredibiliza os aplicativos de transportes on line de passageiros e pode gerar receio para*

*peessoas e empresas. Impende registrar, quanto a alegação da condição de genitora de filhos menores, a necessidade concreta de se negar a conversão da prisão preventiva em domiciliar à mãe de filhos pequenos, pois a situação é absolutamente excepcional, mesmo à vista do permissivo legal constante do arts. 318-A e 318-B do CPP (redação dada pela Lei 13.769/2018). Além de tal possibilidade já ter constado do HC 143.641 (STF) que gerou a alteração legislativa, recentemente o STJ também assim decidiu, entendendo-se, **tal como no presente caso, que, apesar de a conduta criminosa aqui observada não ter sido praticada com violência ou grave ameaça aos filhos, não resta dúvida de que o agir da Sra. ANIELLE, com concretização de possível tráfico de drogas dentro da casa onde reside com os filhos - em quantidade elevadíssima - afeta a própria proteção integral à criança que o legislador quis proteger.** [...] A excepcionalidade do caso, portanto, reside no fato de que a prisão ocorreu na residência onde moram os filhos, com possível situação de organização criminosa, conforme entendimento do HC 470.579. da mesma 5ª Turma do STJ, a contrário senso. Pelo exposto, amparado nas razões já delineadas, RECONHEÇO A REGULARIDADE DA PRISÃO EM FLAGRANTE E. ATO CONTÍNUO, DECRETO A PRISÃO PREVENTIVA DE FAGNER GOMES MACEDO e ANIELLE LAYSE DONATO CASTRO, após requerimento do Ministério Público, com fulcro no art. 310, inc. II, c/c art. 312 e art. 313, todos do Código de Processo Penal, por entender que, na espécie, estão devidamente configurados os requisitos da custódia preventiva, objetivando garantir a ordem pública e a aplicação da lei penal, além da situação excepcionalíssima envolvendo mãe com filhos menores de doze anos."*

Como se percebe, os fundamentos que mantêm a prisão preventiva da Paciente não se mostram, em princípio, desarrazoados ou ilegais, mormente quando ressaltam **a gravidade concreta da conduta** – demonstrada pela grande quantidade de droga apreendida (12 quilogramas de maconha).

Diante de tais circunstâncias, a ilegalidade do título prisional não é de reconhecimento que se mostra prontamente inequívoco, **notadamente porque o Superior Tribunal de Justiça, em diversos julgados, considerou válida a prisão processual de agentes com os quais foi apreendida expressiva quantidade de droga, como forma de se resguardar a ordem pública.** Exemplificadamente:

**"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. RECEPÇÃO. POSSE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO PREVENTIVA. ALEGADA AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. SEGREGAÇÃO**

**CAUTELAR DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NA GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA. QUANTIDADE E LESIVIDADE DA DROGA APREENDIDA. REITERAÇÃO DELITIVA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.**

[...]

*II - A segregação cautelar deve ser considerada exceção, já que tal medida constritiva só se justifica caso demonstrada sua real indispensabilidade para assegurar a ordem pública, a instrução criminal ou a aplicação da lei penal, ex vi do artigo 312 do Código de Processo Penal.*

*III - Na hipótese, o decreto prisional encontra-se devidamente fundamentado em dados concretos extraídos dos autos, que evidenciam de maneira incontestada a necessidade da prisão para garantia da ordem pública, notadamente pela quantidade e variedade dos entorpecentes apreendidos (75,2 g de pasta base de cocaína, 21 g de maconha, além de uma balança de precisão), circunstância indicativa de um maior desvalor da conduta em tese perpetrada, bem como da periculosidade concreta do agente, a revelar a indispensabilidade da imposição da medida extrema. Precedentes.*

*IV - Ademais, não se pode olvidar que o paciente responde a outra ação pelo mesmo crime, conforme consignado pelo d. juízo condutor, dado que revela a probabilidade de repetição de condutas tidas por delituosas e a indispensabilidade da imposição da segregação cautelar, em virtude do fundado receio de reiteração delitiva. Precedentes.*

*V - A presença de circunstâncias pessoais favoráveis, tais como primariedade, ocupação lícita e residência fixa, não tem o condão de garantir a revogação da prisão se há nos autos elementos hábeis a justificar a imposição da segregação cautelar, como na hipótese.*

*Pela mesma razão, não há que se falar em possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas da prisão.*

*Habeas corpus não conhecido." (HC 478.168/MT, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 26/02/2019; sem grifos no original.)*

Acrescente-se que, consoante afirmado na decisão que decretou a preventiva ora impugnada, apesar de a Acusada ser mãe de duas filhas menores de 12 (doze) anos de idade, a apreensão da droga foi efetivada em sua residência, fato que exige que se analise com maior cautela a substituição do encarceramento preventivo pelo domiciliar, sendo prudente aguardar o exame da causa pelo Tribunal de origem, notadamente porque há precedentes desta Corte que entendem pela inviabilidade do pleito em tais casos.

Nesse sentido:

**"HABEAS CORPUS SUBSTITUTO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO DOMICILIAR. PACIENTE MÃE DE CRIANÇAS MENORES DE 12 ANOS. SITUAÇÃO EXCEPCIONALÍSSIMA. VENDA DE DROGA NA RESIDÊNCIA, A DESPEITO DE BENEFICIADA COM PRISÃO DOMICILIAR ANTERIOR. PEDIDO DE EXTENSÃO. AUSÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICO-PROCESSUAL. PRISÃO PREVENTIVA. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. RISCO DE REITERAÇÃO. CIRCUNSTÂNCIAS PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. ORDEM NÃO CONHECIDA.**

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. O Supremo Tribunal Federal ao julgar Habeas Corpus coletivo n. 143.641/SP, de relatoria do Ministro RICARDO LEWANDOWSKI, em 20/2/2018, concedeu comando geral para fins de cumprimento do art. 318, V, do Código de Processo Penal, em sua redação atual. No ponto, a orientação da Suprema Corte é no sentido de substituição da prisão preventiva pela domiciliar de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas ou mães de crianças e deficientes, nos termos do art. 2º do ECA e da Convenção sobre Direitos das Pessoas com Deficiências (Decreto Legislativo 186/2008 e Lei 13.146/2015), salvo as seguintes situações: crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício.

3. O art. 318-A do Código de Processo Penal, introduzido pela Lei n. 13.769/2018, estabelece um poder-dever para o juiz substituir a prisão preventiva por domiciliar de gestante, mãe de criança menor de 12 anos e mulher responsável por pessoa com deficiência, sempre que apresentada prova idônea do requisito estabelecido na norma (art. 318, parágrafo único), ressalvadas as exceções legais. Todavia, naquilo que a lei não regulou, o precedente da Suprema Corte deve continuar sendo aplicado, pois uma interpretação restritiva da norma pode representar, em determinados casos, efetivo risco direto e indireto à criança ou ao deficiente, cuja proteção deve ser integral e prioritária.

4. No caso, entendo que se trata de situação excepcionalíssima. Isso porque a paciente já fora beneficiada anteriormente com a prisão domiciliar em processo diverso, no qual respondia pelos crimes de tráfico de drogas e porte ilegal de arma de fogo. Não obstante, voltou, em tese, a delinquir, sendo flagrada com 65g de maconha e R\$ 750,00, em sua casa, local onde reside a menor.

5. O deferimento do pedido de extensão exige que o corréu

*esteja na mesma condição fático-processual daquele já beneficiado, a teor do artigo 580 do Código de Processo Penal, o que não se observa no presente caso. Ao contrário da corré beneficiada, a paciente ostenta maus antecedentes e, a despeito do anterior deferimento da prisão domiciliar, manteve a prática criminosa, no local de sua residência.*

*6. A privação antecipada da liberdade do cidadão acusado de crime reveste-se de caráter excepcional em nosso ordenamento jurídico (art. 5º, LXI, LXV e LXVI, da CF). Assim, a medida, embora possível, deve estar embasada em decisão judicial fundamentada (art. 93, IX, da CF), que demonstre a existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria, bem como a ocorrência de um ou mais pressupostos do artigo 312 do Código de Processo Penal. Exige-se, ainda, na linha perfilhada pela jurisprudência dominante deste Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, que a decisão esteja pautada em motivação concreta, sendo vedadas considerações abstratas sobre a gravidade do crime.*

*7. Hipótese na qual a prisão encontra-se suficientemente motivada pela necessidade de obstar a reiteração delitiva e pela evidente falta de propensão da paciente para assimilar a terapêutica penal. Manifesta, também, a insuficiência da aplicação de medidas mais brandas.*

*8. O entendimento desta Corte é assente no sentido de que, estando presentes os requisitos autorizadores da segregação preventiva, eventuais condições pessoais favoráveis não são suficientes para afastá-la.*

*9. Ordem não conhecida." (HC 477.179/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 12/03/2019, DJe 29/03/2019.)*

**"HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA MANTIDA NA SENTENÇA. ART. 312 DO CPP. PERICULUM LIBERTATIS. MOTIVAÇÃO IDÔNEA. SUBSTITUIÇÃO POR PRISÃO DOMICILIAR. HC COLETIVO N. 143.641 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INSUFICIÊNCIA E INADEQUAÇÃO. ORDEM DENEGADA.**

*1. Para ser compatível com o Estado Democrático de Direito - o qual se ocupa de proteger tanto a liberdade quanto a segurança e a paz públicas - e com a presunção de não culpabilidade, é necessário que a decretação e a manutenção da prisão cautelar se revistam de caráter excepcional e provisório. A par disso, a decisão judicial deve ser suficientemente motivada, mediante análise da concreta necessidade da cautela, nos termos do art. 282, I e II, c/c o art. 312, ambos do Código de Processo Penal.*

*2. O decisum que decretou a custódia preventiva evidenciou o fundado risco de reiteração delitiva da ré, ante os indícios de dedicação*

*habitual ao tráfico de drogas, denotada pela quantidade de entorpecente (1.928 g de cocaína) e pelos petrechos para preparação e embalagem da droga, encontrados em sua residência, local em que foi flagrada.*

3. O Supremo Tribunal Federal, nos autos do HC n. 143.641, em 20/2/2018, concedeu habeas corpus coletivo 'para determinar a substituição da prisão preventiva pela domiciliar - sem prejuízo da aplicação concomitante das medidas alternativas previstas no art. 319 do CPP - de todas as mulheres presas, gestantes, puérperas, ou mães de crianças e deficientes sob sua guarda [...], enquanto perdurar tal condição, excetuados os casos de crimes praticados por elas mediante violência ou grave ameaça, contra seus descendentes ou, ainda, em situações excepcionalíssimas, as quais deverão ser devidamente fundamentadas pelos juízes que denegarem o benefício'.

4. A novel legislação teve reflexos no Código de Processo Penal e imprimiu nova redação ao inciso IV do seu art. 318, além de acrescer-lhe os incisos V e VI. Tais mudanças encontram suporte no próprio fundamento que subjaz à Lei n. 13.257/2016, notadamente a garantia do desenvolvimento infantil integral, com o 'fortalecimento da família no exercício de sua função de cuidado e educação de seus filhos na primeira infância' (art. 14, § 1º).

5. O fato de a investigada comercializar entorpecentes em sua própria moradia, local onde foi apreendida quantidade relevante de cocaína (armazenada no guarda-roupas), além de outros petrechos comumente utilizados para o tráfico de drogas, evidencia o prognóstico de que a prisão domiciliar não impediria a prática de novas condutas delitivas no interior de sua casa, na presença dos filhos, um deles menor de 12 anos, circunstância que inviabiliza o acolhimento do pleito.

6. Ordem denegada." (HC 472.372/MS, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 12/02/2019, DJe 08/03/2019.)

Diante do que registrado acima, não há como se reconhecer, de plano, ilegalidade patente que autorize a mitigação da Súmula n.º 691 do Supremo Tribunal Federal, cuja essência vem sendo reiteradamente ratificada por julgados do Pretório Excelso e deste Superior Tribunal de Justiça.

Outrossim, destaco que, não havendo notícia de que o Tribunal *a quo* tenha procedido ao exame meritório, reserva-se primeiramente àquele Órgão a apreciação da matéria ventilada no *habeas corpus* originário, sendo defeso ao Superior Tribunal de Justiça adiantar-se nesse exame, sobrepujando a competência da Corte *a quo*, mormente se o *writ* está sendo regularmente processado.



# *Superior Tribunal de Justiça*

Ante o exposto, com fundamento nos arts. 34, inciso XX, e 210, do RISTJ, INDEFIRO LIMINARMENTE a petição inicial.

Publique-se. Intimem-se.

Retifique-se a autuação do nome da Paciente para ANIELLE LAYSE DONATO CASTRO, conforme consta nas certidões de nascimento das infantes (fls. 40-41).

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ  
Relatora